Volume
31/2
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica

História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!



Hist. Rev. Pelotas Vol. 31 Nº 2 p. 1-199 ago. 2026 ISSN 2596-2876

Reitoria
Reitora: *Ursula Rosa da Silva*
Vice-Reitor: *Eraldo dos Santos Pinheiro*
Chefe de Gabinete da Reitoria: *Renata Vieira Rodrigues Severo*
Pró-Reitor de Ensino: *Antônio Maurício Medeiros Alves*
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Marcos Britto Corrêa*
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Fábio Garcia Lima*
Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento: *Aline Ribeiro Paliga*
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: *Josy Dias Anacleto*
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: *Taís Ullrich Fonseca*
Pró-Reitora de Ações Afirmativas e Equidade: *Cláudia Daiane Garcia Molet*
Superintendente do Campus Capão do Leão: *José Rafael Bordin*
Superintendente de Gestão Administrativa: *Mariana Schardosim Tavares*
Superintendente de Gestão da Informação e Comunicação: *Christiano Martino Otero Ávila*
Superintendência de Inovação e Desenvolvimento Interinstitucional: *Vinícius Farias Campos*
Superintendência de Infraestrutura: *Everton Bonow*
Superintendência do Hospital Escola: *Tiago Vieiras Collares*

Instituto de Ciências Humanas
Diretor: *Prof. Dr. Sebastião Peres*
Vice-Diretora: *Profa. Dra. Andréa Lacerda Bachettini*

Núcleo de Documentação História da UFPel – Profa. Beatriz Loner
Coordenadora:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Membros do NDH:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Prof. Dra. Márcia Janet Espig
Técnico Administrativo:
Cláudia Daiane Garcia Molet – Técnica em Assuntos Educacionais
Paulo Luiz Crizel Koschier – Auxiliar em Administração

História em Revista - Publicação do Núcleo de Documentação Histórica – Profª. Beatriz Loner

Comissão Editorial:
Profª Dra. Lorena Almeida Gill
Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes
Profa. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck
Profa. Dra. Márcia Janete Espig
Prof. Dr. Jornas Vargas
Paulo Luiz Crizel Koschier

Conselho Editorial:
Profa. Dra. Alexandrine de La Taille-Trétinville U., Universidad de los Andes, Santiago, Chile
Profa. Dra. Ana Carolina Carvalho Viotti (UNESP - Marília)
Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)
Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)
Prof. Dr. Carlos Augusto de Castro Bastos (UFPA)
Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha (UNICAMP)
Prof. Dr. Deivy Ferreira Carneiro (UFU)
Profa. Dra. Gisele Porto Sanglard (FIOCRUZ)
Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu (Universidade Federal de Uberlândia)
Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)
Profa. Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)
Profa. Dra. Joana Balsa de Pinho, Universidade de Lisboa
Profa. Dra. Karina Ines Ramacciotti, (UBA/CONICET/Universidad de Quilmes)
Profa. Ms. Larissa Patron Chaves (UFPel)
Profa. Dra. Maria Antónia Lopes (Universidade de Coimbra)
Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)
Profa. Dra. Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora)
Profa. Dra. Maria Marta Lobo de Araújo (Universidade do Minho)
Profa. Dra. María Silvia Di Liscia (Universidad Nacional de La Pampa – AR)
Profa. Dra. Maria Soledad Zárate (Universidad Alberto Hurtado – Chile)
Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)
Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).
Prof. Dr. Robson Laverdi (UEPG)
Profª. Dra. Tânia Salgado Pimenta (FIOCRUZ)
Profª. Dra. Tatiana Silva de Lima (UFPE)
Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)
Prof. Dr. Tiago Luis Gil (UNB)
Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)
Profa. Dra. Yonissa Marmitt Wadi (UNIOESTE)

Editora: Lorena Almeida Gill

Editores do Volume: Lorena Almeida Gill (UFPel); Alice da Conceição Teixeira (UFPel); Flaviano Batista Ferreira (UFPel)

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Imagem da capa: Trapiche da praia do Laranjal (Pelotas-RS). Foto: Paulo Koschier

Pareceristas ad hoc: Aldenize da Silva Ladislau (UFPB); Amanda Chiamenti Both (PUCRS); Amanda Motta Castro (FURG); Ana Lúcia Costa de Oliveira(UFPel); Ângelo Rodrigo silva Pinheiro (UFF); Anselmo Alves Neetzow (FURG); Artur

Henrique Franco Barcelos (FURG); Caiuá Cardoso Al-Alam (UNIPAMPA); Daniel Ferreira da Silva (UEM); Darcylene Pereira Domingues (UFPel); Dayane Nascimento Sobreira (UFPB) Eduardo Rocha (UFPel); Felipe Nóbrega Ferreira (UFPel); Felipe Treviso Bresolin (UFRGS); Jivago Correia Barbosa (IPHAN/PB - IFPB); Jonas Moreira Vargas (UFPel); Juarez José Rodrigues Fuão (FURG); Julia Silveira Matos (FURG); Lúcia de Fátima Guerra Ferreira (UFPB); Marciane Ambrósio Benicio (UFPB); Mauro Dillmann Tavares (UFPel); Natália de Oliveira Tavares (USP); Rafael Nóbrega Araújo (UEPB/UFCG); Rafael Teixeira Chaves (UFPel); Taiane Mendes Taborda (UFPel); Vanessa Avila Costa (UFPel); Wagner Silveira Feloniuk (FURG); Wanderlene de Freitas Souza Barros (UFAM); Wilian Junior Bonete (UFPel).

Editora e Gráfica Universitária

Conselho Editorial
Presidente do Conselho Editorial: Ana da Rosa Bandeira
Representantes das Ciências Agrárias: Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner (TITULAR), Cássio Cassal Brauner e Viviane Santos Silva Terra
Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Aline Joana Rolina Wohlmuth Alves dos Santos (TITULAR), Felipe Padilha Leitzke e Werner Krambeck Sauter
Representantes da Área das Ciências Biológicas: Rosangela Ferreira Rodrigues (TITULAR) e Marla Piumbini Rocha
Representantes da Área das Engenharias: Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leonetti Lencina (TITULAR)
Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR), Bruno Rotta Almeida e Marislei da Silveira Ribeiro
Representantes da Área das Ciências Humanas: Maristani Polidori Zamperetti (TITULAR) e Mauro Dillmann Tavares
Representantes da Área das Linguagens e Artes: Chris de Azevedo Ramil (TITULAR), Leandro Ernesto Maia e Vanessa Caldeira Leite
Seção de Pré-Produção – Isabel Cochrane, Suelen Aires Böettge
Seção de Produção
Preparação de originais – Eliana Peter Braz, Suelen Aires Böettge
Catalogação – Madelon Schimmelpfennig Lopes
Revisão textual – Anelise Heidrich, Suelen Aires Böettge
Projeto gráfico e diagramação – Fernanda Figueredo Alves, Alicie Martins de Lima (Bolsista)
Coordenação de projeto – Ana da Rosa Bandeira
Seção de Pós-Produção – Marisa Helena Gonsalves de Moura, Eliana Peter Braz, Newton Nyamasege Marube
Projeto Gráfico & Capa – Paulo Luiz Crizel Koschier

Rua Benjamin Constant 1071 – Pelotas, RS
Fone: (53) 98115-2011

Edição: 2026/2
ISSN – 2596-2876

Indexada pelas bases de dados: Worldcat Online Computer Library Center | Latindex | Livre: Revistas de Livre Acesso | International Standard Serial Number | Worldcat | Wizdom.ai | Zeitschriften Datenbank

UFPel / NDH / Instituto de Ciências Humanas
Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770
Fone/Whatsapp: (53) 3284 3208
Disponível em
https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index
e-mail: historiaemrevista@ufpel.edu.br

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Simone Godinho Maisonave – CRB 10/1733
Biblioteca de Ciências Sociais – UFPel

H673 História em Revista [recurso eletrônico] : (Dossiê : História Pública : caminhos para a democratização do conhecimento já disponível!) / Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner, v.31, n.2, ago. 2026. – Pelotas: UFPel/NDH, 2026 –
199 p. ; 3 MB

Semestral
e-ISSN: 2596-2876
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
Disponível em:
https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/index

1. História – Periódico 2. Acervos 3. Conhecimento

CDD: 907

Editora UFPel
Filiada à ABEU

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **07**
A HISTÓRIA PÚBLICA COMO UMA POSSIBILIDADE PARA DEMOCRATIZAR O CONHECIMENTO

PUBLIC HISTORY AS A POSSIBILITY FOR DEMOCRATIZING KNOWLEDGE

Lorena Gill | Alice Teixeira | Flaviano Batista

QUEM DECIDE O QUE SERÁ LEMBRADO? INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, ACERVOS DIGITAIS E O FUTURO DO DIREITO À MEMÓRIA **12**

WHO DECIDES WHAT WILL BE REMEMBERED? ARTIFICIAL INTELLIGENCE, DIGITAL COLLECTIONS AND THE FUTURE OF THE RIGHT TO MEMORY

Denis Ramon Funes Flores

COLETÂNEA DO ARQUIVO DO SENADO FEDERAL E OS DESAFIOS DE UMA HISTÓRIA PÚBLICA DENTRO DO PODER LEGISLATIVO **22**

FEDERAL SENATE ARCHIVE COLLECTION AND THE CHALLENGES OF PUBLIC HISTORY WITHIN THE LEGISLATIVE BRANCH

Alexandre Alves de Sousa Moreira

"HISTÓRIAS COMPARTILHADAS": A CONSTRUÇÃO COLETIVA DO PASSADO NA COLEÇÃO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO **35**

"SHARED HISTORIES": COLLECTIVE CONSTRUCTION OF THE PAST IN THE ORAL HISTORY COLLECTION OF THE MUSEUM OF IMMIGRATION OF SÃO PAULO

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ARQUIVOS QUE REVELAM: O NDH/UFPEL E SUAS ARTICULAÇÕES ENTRE HISTÓRIA PÚBLICA, DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO E HISTÓRIA DAS MULHERES **55**

ARCHIVES THAT REVEAL: NDH/UFPEL AND ITS ARTICULATIONS BETWEEN PUBLIC HISTORY, THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE, AND WOMEN'S HISTORY

Andreina Hardtke Corpes

MEMÓRIA CONTRA O SILÊNCIO: O TRABALHO DA COMISSÃO UNIVERSITÁRIA DA VERDADE / UFPEL COMO FERRAMENTA PARA A PRÁTICA DA HISTÓRIA PÚBLICA 78

MEMORY AGAINST SILENCE: THE WORK OF THE UNIVERSITY TRUTH COMMISSION / UFPEL AS A TOOL FOR THE PRACTICE OF PUBLIC HISTORY

Nádia Coelho Kendzerski | Natasha Dias Castelli

ENTRE O TRABALHO E OS FILHOS: MATERNIDADES E SERVIÇO DOMÉSTICO NA ESCRAVIDÃO URBANA (RIO DE JANEIRO, 1870) 95

BETWEEN WORK AND CHILDREN: MOTHERHOOD AND DOMESTIC SERVICE IN URBAN SLAVERY (RIO DE JANEIRO, 1870)

Nubia Sotini dos Santos

ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA 112

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY EDUCATION

Noemi Santos da Silva | Merylin Ricieli dos Santos

BABÁ X BORCHES – O POSSÍVEL PRIMEIRO NEGRO DO FUTEBOL PELOTENSE 130

BABÁ X BORCHES – THE LIKELY FIRST BLACK PLAYER IN PELOTAS FOOTBALL

Gabriel Gonçalves Ribeiro

DA FORMAÇÃO COIMBRA À COORDENAÇÃO IMPERIAL: ELITES, PROVÍNCIAS E UNIDADE TERRITORIAL NO BRASIL OITOCENTISTA EM PERSPECTIVA IBERO-AMERICANA 145

FROM COIMBRA TRAINING TO IMPERIAL COORDINATION: ELITES, PROVINCES, AND TERRITORIAL UNITY IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL FROM AN IBERO-AMERICAN PERSPECTIVE

Thiago Perez Bernardes de Moraes

O *EMPÓRIO DAS ARTES* E A PRESENÇA INDÍGENA NO MUSEU DE ARTE SACRA DO PARÁ: SILENCIAMENTOS E DESAFIOS EDUCATIVOS 168

THE EMPORIUM OF ARTS AND THE INDIGENOUS PRESENCE AT THE PARÁ MUSEUM OF SACRED ART: SILENCING AND EDUCATIONAL CHALLENGES

Diego Pereira Santos | Gabriel Ramos Pacheco | Laís Santos Sousa | Lorena Botelho de Souza | Mariane Alves Borges

ARQUITETURAS DO PROGRESSO: MANAUS, A BELLE ÉPOQUE E O PROJETO URBANO REPUBLICANO NA AMAZÔNIA 182

ARCHITECTURES OF PROGRESS: MANAUS, THE BELLE ÉPOQUE, AND THE REPUBLICAN URBAN PROJECT IN THE AMAZON

Janderson Gustavo Soares de Almeida | Clodoaldo Matias da Silva | Maria das Graças Maciel de Oliveira | Denison Melo de Aguiar

ROTEIROS NEGROS NO PARANÁ: ESTRATÉGIAS DE HISTÓRIA PÚBLICA E ENSINO DE HISTÓRIA ANTIRRACISTA

BLACK ROUTES IN PARANÁ: PUBLIC HISTORY AND ANTI-RACIST HISTORY EDUCATION

Noemi Santos da Silva

Doutora em História Social pela UNICAMP (2023). Graduada e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (2011/2014). Desenvolveu pesquisa sobre a construção popular do direito à educação, com ênfase nas populações negras, entre os séculos XIX e XX. Possui experiência nas áreas de história social da escravidão, emancipações, abolicionismo, pós-abolição, história da educação, história do trabalho e ensino de História. Integra a coordenação da Setorial Sul e da Setorial Paraná do GT Emancipações e Pós-Abolição (ANPUH).

E-mail:

Merylin Ricieli dos Santos

Doutora em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Especialista em História, Arte e Cultura (UEPG). Graduada em História, licenciatura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Mestre em Linguagem, Identidade e Subjetividade (UEPG). Especialista em Gênero e Diversidade na Escola pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Especialista em Gestão Educacional e Trabalho Pedagógico (UEPG). Desenvolve práticas de História Pública por meio do Projeto de Extensão Rota Preta PG, iniciativa que promove a articulação entre pesquisa e ensino, visando a construção de diferentes letramentos históricos, tanto em espaço escolar, quanto em espaços de (re)existências. Possui experiência na formação de professores e no campo do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas. Atua em trabalhos e pesquisas sobre territórios negros

Resumo. Este artigo apresenta resultados de práticas de história pública desenvolvidas no âmbito da extensão universitária em três cidades paranaenses: Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, com menção a uma iniciativa em construção em Jacarezinho. Denominados "Roteiros Negros", os projetos articulam memória, patrimônio cultural e educação antirracista em uma perspectiva negro-centrada, problematizando narrativas hegemônicas e promovendo letramentos raciais críticos. A análise ancora-se nos conceitos de territórios negros, educação patrimonial, consciência histórica e história pública, demonstrando como percursos guiados podem constituir estratégias contra-hegemônicas de ensino de História comprometidas com a Lei 10.639/2003 e com a visibilidade das experiências negras no Sul do Brasil.

Palavras-chave: roteiros negros; história pública; memória; patrimônio cultural; letramentos raciais e históricos.

Abstract. This article presents results of public history practices developed within university extension programs in three cities in the state of Paraná, Brazil: Curitiba, Paranaguá, and Ponta Grossa , with reference to an initiative under construction in Jacarezinho. Named "Black Routes", these projects articulate memory, cultural heritage and anti-racist education from an Afro-centered perspective, challenging hegemonic narratives and promoting critical racial literacies. The analysis is grounded in the concepts of Black territories, heritage education, historical consciousness, and public history, demonstrating how guided itineraries can constitute counter-hegemonic strategies for teaching History, in line with Law 10.639/2003 and committed to the visibility of Black experiences in Southern Brazil.

Keywords: Black routes; public history; memory; cultural heritage; anti-racist education; racial literacies.

História em Revista, Volume 31, n. 2, ago./2026, pg. 112 a 129
Artigo recebido em 26/04/2026. Aprovado em 22/07/2026
Dossiê História Pública: caminhos para a democratização do conhecimento já disponível
Publicação do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel – Profa. Beatriz Loner
Disponível em https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/about

em Ponta Grossa, na perspectiva da História Pública e dos processos de patrimonialização.
E-mail: merylinricieli5@gmail.com

Introdução

A dimensão pública do signo raça é um ponto de partida incontornável para compreender as disputas políticas e identitárias que atravessam a história do Brasil. Como observa Perussato (2021, p. 63), "a ideia de raça posta em movimento por seus intelectuais explicita como a racialização serviu para a construção de pautas, lutas e identidades negras, mas também para o conflito e a marcação racial do branco." Esse enquadramento teórico permite situar as práticas aqui analisadas em um campo mais amplo de produção de saberes históricos racializados, que não se esgotam nos muros da academia.

Este artigo apresenta resultados de atividades inscritas no âmbito da extensão universitária, compreendidas como práticas de história pública capazes de estruturar diferentes percepções de letramentos raciais e históricos críticos. Tendo como foco a relação entre a academia e públicos diversos, compostos por estudantes de graduação, ensino médio e fundamental, e a comunidade em geral, o texto historiciza e analisa iniciativas denominadas "Roteiros Negros", projetos que serão percebidos como produtores de sentidos históricos compartilhados. Seu intuito central é visibilizar um ensino de História atravessado por dimensões patrimoniais, identitárias e de (re)conhecimento das memórias negras.

Antes de tecer considerações a respeito de tais roteiros, sinaliza-se para as categorias conceituais e práticas que os entrelaçam: territórios negros, educação patrimonial e letramento racial. Em suas dinâmicas próprias, tais categorias constituem o arcabouço explicativo que oferece base para elaborar práticas de História Pública no tempo presente.

O campo da História Pública, institucionalizado nas últimas décadas, pode ser compreendido, de acordo com Rovai e Almeida (2011) e Santhiago (2016), como prática pautada em modos de divulgação histórica realizados para ou pelo público, em perspectiva dialógica, do qual participam diversos agentes profissionais, não apenas historiadores. Nesse sentido, o campo mobiliza, neste artigo, as ações desenvolvidas nos roteiros históricos, a fim de evidenciar a dimensão histórica e política de cada projeto. De outro modo, os projetos são também compreendidos como condição fundamental para a construção de práticas de educação patrimonial comprometidas com a visibilidade das experiências negras. Assim, partimos da premissa de que tais roteiros não são mero complemento pedagógico, mas instrumentos de disputa pela memória coletiva.

É neste movimento que dialogamos com a noção de territórios negros, conceito/categoria que emerge como intersecção das iniciativas relatadas. Conforme Nogueira (2020, p. 1), territórios negros "podem ser compreendidos como espaços construídos a partir das experiências históricas da população negra, marcados por

relações sociais, culturais e políticas específicas." Tais territórios "não se limitam à dimensão física, mas envolvem também práticas, memórias e identidades" (NOGUEIRA, 2020, p. 1). Essa perspectiva é fundamental para pensá-los como chave analítica na construção e análise dos roteiros, na medida em que oferecem base para a elaboração de narrativas históricas sobre as diferentes memórias negras evocadas ao longo dos trajetos.

Ao tomar os territórios negros como categoria analítica e não apenas descritiva, os roteiros problematizados estabelecem uma leitura espacializada da racialização que desafia a aparente neutralidade dos centros históricos das cidades paranaenses. Dito isso, considerou-se olhar para tais ações porque são iniciativas capazes de remontar estratégias educacionais pautadas na Lei 10.639/2003 e efetivadas pela curricularização da extensão na graduação, buscando conectar diferentes públicos ao ambiente acadêmico e por meio dele. Reconhece-se assim, sua capacidade de produzir epistemologias diversas e conhecimentos compartilhados, seja no âmbito da rememoração da escravidão e do tráfico interatlântico, seja na valorização das resistências e dos protagonismos da experiência negra no contexto da diáspora.

Neste sentido, os roteiros abarcam uma dimensão política, ao reivindicarem a inscrição das histórias negras nas narrativas oficiais sobre o espaço urbano, colocando em xeque a herança eurocêntrica que marca as identidades paranaenses ao menos desde o século XIX. Por conseguinte, se configuram enquanto estratégias importantes de (re)afirmação frente ao racismo, porque incentivam posicionamentos contra-hegemônicos no plano da memória cotidiana, frequentemente responsável pela reprodução de silenciamentos de grupos marginalizados nos processos históricos de configuração dos espaços e construção dos monumentos e cidades. Ademais, contribuem para a construção de identificações e sentidos de pertencimento entre grupos tradicionalmente excluídos ou estereotipados nas narrativas e produções historiográficas locais, neste caso, sobretudo, histórias de pessoas negras.

Essa função reparadora é indissociável de sua dimensão crítica: ao percorrerem as ruas munidos com fontes históricas e conduzidos por referenciais antirracistas, os participantes são convocados não apenas a contemplar o passado, mas a questionar mecanismos de silenciamento que ainda estruturam o presente.

O recorte aqui apresentado contempla o aporte teórico que inspirou e embasou os projetos narrados, apoiando-se em três eixos principais: a reflexão que vincula os espaços e a formação da memória; o ensino de História voltado à aprendizagem histórica; e, por fim, a História Pública. Em seguida, o artigo examina três projetos consolidados no âmbito de instituições de ensino básico e superior de Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, e que se voltaram à elaboração e execução de Rotas Negras como estratégias educacionais: o AfroCuritiba, o Roteiro Negro do NEABI Paranaguá e o Rota Preta PG. Por fim, comentamos os resultados prévios, tecendo perspectivas de continuidade, tomando como referência um roteiro em fase de elaboração concernente à cidade de Jacarezinho-PR.

Roteiros negros: memória, história e a luta contra o esquecimento

A última década tem presenciado o crescimento de roteiros temáticos como forma de turismo e ressignificação dos espaços urbanos. Postos no âmbito dos esforços de revisão histórica, percursos guiados permitem o conhecimento de aspectos por vezes negligenciados nas narrativas oficiais acerca da cidade, trazendo novos significados à relação entre indivíduos e espaço, e às questões de identidade e pertencimento. Mais do que iniciativas isoladas de turismo cultural, esses percursos constituem arenas de disputa simbólica em que diferentes versões da cidade entram em tensão.

Embora seja difícil estabelecer uma discussão conceitual rigorosa acerca das definições dos roteiros negros, para compreendê-los é preciso voltar ao histórico das mobilizações negras nas disputas pela cidade.

Conforme aponta a historiografia, tais mobilizações remontam, ao menos, ao contexto da diáspora, evidenciando que o espaço urbano, assim como seus monumentos, foi historicamente disputado e demarcado pelas ações da população negra na longa duração de suas experiências. (LARA, 2007; FABRIS, 2023; ROSA, 2014; GOMES, 2019). A cidade não é, portanto, um palco neutro: ela é produto de lutas, e os roteiros negros buscam tornar visíveis as marcas dessas lutas que a memória oficial sistematicamente apagou.

No século XX brasileiro, essa ressignificação dos espaços tomou corpo com a redemocratização, a partir dos anos 1980, quando os movimentos negros organizados[1] passaram a reivindicar políticas públicas contra o apagamento da história e cultura afro-brasileira. Apesar de desde os anos 1990 serem observadas iniciativas que dialogam com a proposta dos roteiros, como o projeto "Rota do Escravo", coordenado pela Unesco em torno de locais que rememoravam o tráfico transatlântico no continente africano, no Brasil é sobretudo a partir dos anos 2000 que os roteiros negros são impulsionados como estratégia educacional contra-hegemônica.

Sob tal perspectiva pioneira, pode-se citar o "Museu do Percurso Negro", desenvolvido no Rio Grande do Sul por entidades do movimento negro, visando recuperar locais de Porto Alegre que fizessem referência aos agenciamentos históricos afro-riograndenses. Essa genealogia é relevante porque situa os roteiros paranaenses em uma tradição mais ampla de produção de conhecimento histórico comprometida com a luta antirracista e por equidade.

Posteriormente, já na década seguinte, os projetos "Passados Presentes" e "Santa Afro-Catarina" tornaram-se referenciais desses intuitos, ao convidar para percursos temáticos da escravidão e liberdade negra, respectivamente nas realidades do Rio de Janeiro e Santa Catarina[2]. Considerando que o recorte geográfico deste artigo

[1] Movimento Negro, nesse contexto, "[...] faz referência ao \"movimento associativo\" do negro brasileiro, que além de impulsionar o sentimento de pertencimento, construir e preservar laços de solidariedade racial, contou com diferentes associações negras que contribuíram para a percepção das desigualdades e discriminações raciais em nossa sociedade, animando assim os movimentos de reivindicação por direitos e cidadania." (DOMINGUES, 2018, p.123-124).

[2] Os projetos contam com portais interativos na web. Cf. https://passadospresentes.com.br/ (acesso em 11 abr. 2026); https://santaafrocatarina.ufsc.br/ (acesso em 19 abr. 2026).

corresponde à região Sul, observa-se que os idealizadores dos roteiros negros paranaenses se inspiraram no projeto “Santa Afro-Catarina” como referência metodológica, o qual "foi criado com o duplo desafio de articular a pesquisa histórica ao ensino de História e de estabelecer interlocução para além dos muros da Universidade" (DELGADO; MAMIGONIAN, 2014, p. 87), visando reunir "[...] narrativas históricas, documentos, atividades para uso em sala de aula e sugestões de percurso pela cidade" (SANTA AFRO CATARINA, 2023, p. 1). Essa herança metodológica não é trivial: ela indica que os roteiros paranaenses nascem já comprometidos com a tripla e necessária articulação, entre pesquisa, ensino e extensão, envolvendo a universidade e comunidade como agentes.

Quando pensamos na elaboração e execução dos roteiros, considerando espaços especiais para a visibilidade de histórias negras, reportamo-nos à noção de "lugar de memória", de Pierre Nora (1993). Conforme o autor, um lugar de memória se caracteriza em três dimensões: material, funcional e simbólica, permitindo a reflexão subjetiva acerca do passado e concentrando demandas sociais contra o esquecimento de determinados grupos.

Nessa dinâmica, a disputa pela cidade, por parte de organizações negras, mobiliza história, memória e identidades, buscando pertencimento e inserção naquilo que seria um "não-lugar" na história oficial. Trata-se da produção de contranarrativas que impulsionam o fazer histórico contra-hegemônico (CANDAU, 2019). É preciso, contudo, tensionar essa categoria: a noção de "lugar de memória" em Nora carrega uma perspectiva estanque, associada à perda de uma memória viva. Os roteiros negros, ao contrário, não rememoram uma memória imóvel, eles buscam reativar memórias suprimidas por escolhas políticas de esquecimentos estratégicos.

A escolha de lugares simbólicos da presença negra nas cidades representa aquilo que Pereira e Roza designaram de "dever de memória" e "direito à História" (PEREIRA & ROZA, 2012). Trata-se de um posicionamento em favor da centralidade das histórias negras, num cenário silenciamento típico do modelo eurocêntrico de história, enraizado nas identidades paranaenses desde os séculos passados. Tem-se, aqui, a duplicidade processual do dever e do direito, que demarcam formulações entre a tensão ética e política que atravessam os roteiros, onde emerge a concepção de que narrar as histórias negras não é um ato de benevolência acadêmica, mas uma exigência de justiça histórica.

Evidencia-se, neste cenário, o ensino de História comprometido com essa agenda: além de demarcar o compromisso do professor-historiador com as questões da ordem presente, o campo captura possíveis alternativas ao modelo tradicional de ensino, levando a aula de História para as ruas das cidades e incentivando novos olhares sobre a cidade. Assim, pensando em fomentar aprendizagens históricas emancipatórias, pautadas em letramentos raciais críticos[3] (FERREIRA, 2014), articula-se ensino de história e educação patrimonial.

[3] Letramento é "todo processo educativo-formativo que promove a construção, no sujeito, da capacidade de identificar e reconhecer práticas racistas no âmbito de sua cultura e vida cotidiana" (UFPA, 2023, p. 8). O conceito de Letramento Racial Crítico foi publicizado por Aparecida de Jesus Ferreira (2014) para

Com base nas reflexões Horta, Grunberg e Monteiro (1999), entende-se a educação patrimonial como um "processo permanente e sistemático" centrado no "patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (IPHAN, 2014, p. 13). Nessa perspectiva, ela é compreendida como ferramenta para a construção de consciências históricas críticas e reflexivas.

A crítica que se impõe nesse contexto é que, historicamente, a própria educação patrimonial e as políticas de patrimônio no Brasil privilegiaram bens culturais associados às elites brancas. Em resposta, os roteiros negros intervêm diretamente nessa assimetria, reivindicando para o patrimônio negro o mesmo estatuto de relevância pública e desafiando os critérios que definem o que é digno de ser preservado, ensinado, lembrado e propagado.

Esse argumento se sustenta na premissa de que os processos de construção da consciência histórica não se restringem aos espaços de educação formais, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade de promover aprendizagens históricas significativas, em estreita relação com a vida prática (RÜSEN, 2012; GERMINARI, 2012). Assim, os roteiros se apresentam como mecanismos relevantes para o ensino de História. Essa percepção dialoga com os paradigmas da História Pública, ao valorizar a ideia de que o conhecimento histórico se constitui de saberes que transcendem o espaço acadêmico e escolar, convidando a pensar nos espaços urbanos como constituintes desse processo de ensino-aprendizagem (HERMETO & FERREIRA, 2019; FAGUNDES & VARGAS, 2022; CERRI et al., 2023). A cidade, nessa perspectiva, não é apenas cenário do passado, mas uma dimensão física, histórica e geográfica viva que (inter)age no tempo presente.

Ainda explorando as dimensões teóricas e metodológicas da construção e execução dos roteiros, observamos a importância dos pressupostos epistemológicos da ciência histórica, sobretudo pela interação dos participantes com fontes primárias e estudos historiográficos.

De acordo com Barros (2020, p. 7), fontes históricas correspondem a "tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente." Como amplamente explorado na bibliografia sobre o ensino de História, o uso de fontes históricas em processos de ensino-aprendizagem tem o potencial de contribuir satisfatoriamente para a construção autônoma de conhecimento histórico. Longe de unicamente atrair o interesse de estudantes pelo conteúdo ensinado, a utilização das fontes pelo professor-mediador ou pelo historiador público possibilita a interação autônoma dos educandos com narrativas históricas contemporâneas ao período estudado, estimulando a imaginação e convidando a situações-problema (BITTENCOURT, 2006). Assim, ao favorecerem a familiarização com as "formas de representação do passado e do presente" (SCHMIDT,

explicar como a teoria racial crítica pode ser evidenciada e problematizada por meio de práticas pedagógicas. Em síntese: letramento racial é ler o mundo sob o prisma da racialização, reconhecendo os impactos do racismo; letramento racial crítico acrescenta o desenvolvimento de ações e interações para ler, refletir e intervir sobre essa percepção.

2004, p. 94), as fontes constituem elementos fundamentais na educação e nos múltiplos letramentos históricos[4] possíveis.

Seguindo direcionamentos apontados nos estudos da didática da história, o emprego das fontes na realização dos roteiros esteve sujeito a objetivos de aprendizagem previamente delimitados, servindo os professores-guias de mediadores nessas incursões pelo passado e memória, incitando a crítica às narrativas das fontes e dos monumentos visitados. Esse papel mediador é central, uma vez que distingue os roteiros negros de simples passeios turísticos, inserindo-os no âmbito de um ensino de história crítico, que não apenas apresenta o passado, mas problematiza mecanismos de sua produção, difusão e silenciamento.

Assim, ao articularem memória, patrimônio e ensino de história e história pública os roteiros negros afirmam-se como práticas de intervenção na realidade, tensionando as estruturas de silenciamento que historicamente marginalizaram as experiências negras. Vistos como estratégias educacionais em sentido ampliado, constituem formas de disputa pela memória pública e pela legitimidade das narrativas históricas antirracistas. É nesse horizonte que se inserem as experiências analisadas a seguir, desenvolvidas no contexto paranaense.

Roteiros negros: algumas experiências no Paraná

Em nossa análise, tomamos como referência algumas experiências já realizadas em diferentes contextos do estado do Paraná, que permitem reflexões em torno das potencialidades de tais percursos em projetos voltados à aprendizagem histórica. Os roteiros em questão se desenvolveram entre 2015 e 2024, como produtos de projetos de ensino e extensão da Universidade Federal do Paraná (UFPR), do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Tiveram abrangência plural, envolvendo setores sociais múltiplos: estudantes secundaristas, acadêmicos, docentes, servidores em geral das instituições, ativistas de movimentos sociais, assim como outros grupos previamente inscritos nas chamadas divulgadas nas instituições sede e redes sociais. A diversidade desse público é, em si, um dado relevante, pois indica que os roteiros transcendem o caráter acadêmico para se tornarem espaços de formação política e democratização do conhecimento histórico.

O Afro-Curitiba (2015-2024)

O Afro-Curitiba foi realizado inicialmente com os participantes do *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, sediado na UFPR em maio de 2015. Com o intuito inicial de promover a divulgação das pesquisas então recentes que tocavam a temática do evento, o circuito realizou-se por meio da escolha de sete pontos

[4] Para Helenice Rocha, "O letramento histórico possui uma faceta de internalização do conhecimento social pela mediação cultural" (ROCHA, 2020, p. 287), podendo ser interpretado como prática educativa em que as dimensões temporal, narrativa, conceitual e procedimental oferecem ferramentas para que os sujeitos "leiam"/interpretem e construam diferentes conhecimentos e consciências históricas.

na cidade de Curitiba representativos da presença negra na história da cidade: Praça Zacarias, Instituto de Educação, Rua XV, Praça Generoso Marques, Igreja do Rosário, ruínas da antiga sede da Sociedade Protetora dos Operários e, por fim, Sociedade Treze de Maio. Posteriormente, o projeto tomou forma como iniciativa extensionista (2018-2024), ampliando os pontos e a equipe envolvida, sendo todo o período coordenado pela Profª. Drª. Joseli Nunes Mendonça.

A metodologia empregada nos percursos englobou a pesquisa historiográfica acerca dos espaços, a escolha de fontes históricas e a elaboração de material explicativo — inicialmente folder impresso e, posteriormente, o mapa interativo, ainda disponível para consulta *online*[5]. Este foi um aspecto importante de diferenciação em relação a outros roteiros em vigência na cidade[6], na medida em que materializava o propósito de difusão da pesquisa histórica em fontes e historiografia, tendo como foco os preceitos da aprendizagem histórica (SCHMIDT, 2004). A disponibilização do mapa interativo representa, ainda, uma abertura da prática de história pública para além do evento presencial, permitindo que o roteiro seja percorrido de forma autônoma e que seus conteúdos circulem amplamente.

Iniciando na Praça Zacarias, o roteiro explora a engenharia dos irmãos Rebouças (André e Antonio P. Rebouças) materializada no chafariz da praça, mas presente em localidades múltiplas de Curitiba e do Paraná, como na rede de saneamento da capital e na ferrovia Curitiba–Paranaguá. Além disso, os roteiristas são convidados a pensar o local por sua representatividade no período escravista: a historiografia, em grande medida baseando-se em jornais e documentação policial, sustenta que no século XIX o então chamado "Largo Zacarias" despertou a preocupação das autoridades em razão do "contínuo ajuntamento de negros" (PENA, 2001; *Gazeta Paranaense*, 1882, ed. 176).

Naquela época, era comum que escravizados aguadeiros circulassem nas imediações para fazerem o carregamento de água, sendo supervisionados pelas autoridades policiais. A escolha desse ponto de partida é significativa por inserir lado a lado o monumento ao engenheiro negro celebrado e o espaço de vigilância sobre os negros anônimos, evidenciando não somente a contradição que atravessa a memória oficial da cidade, como o contraponto entre a violência racial e as agências negras.

No Instituto de Educação, a referência são indícios da escolarização da população negra em várias temporalidades. Fontes e historiografia (SILVA, 2023; APPR, 1882) permitem conhecer a escola noturna que funcionou entre 1882 e 1910 no edifício antigo existente no local, conhecido na época por Escola Carvalho (CASTRO, 2018; SILVA, 2023, p. 273). A partir de 1885, o mesmo edifício comportou as reuniões do Clube Abolicionista e, desde a década de 1870, o Instituto Paranaense e a Escola

[5] Disponível em: <https://afrocuritiba.ufpr.br/>. Acesso em: 12 abr. 2026.
[6] Atualmente existem outras iniciativas de roteiros negros em Curitiba. O mais conhecido é a Linha Preta, de autoria de Adegmar José da Silva (Candieiro) e Melissa Reinehr. Cf. https://linhapretacuritiba.wixsite.com/linha-preta/a-linha-preta (acesso em 11 dez. 2025). A iniciativa caracteriza-se como roteiro turístico e enfatiza as oralidades afro-paranaenses entrelaçadas à valorização histórica e cultural, produzindo contranarrativas sobre a história local (OLIVEIRA, 2023).

Normal passaram a funcionar na mesma rua, tornando a região um importante reduto de espaços escolares para todos os níveis de formação (SILVA, 2023, p. 272). Por outro lado, o local incita a discussão sobre trajetórias de sujeitos negros que, entre a escravidão e o pós-abolição, por ali circularam em suas jornadas de disputa pelo universo das letras, como foi o caso de Sebastião Paraná, Maria Nicolas e Enedina Alves Marques.

Seguindo pelas ruas de Curitiba, tem-se a chance de conhecer aspectos históricos de escravidão e liberdade negra por meio da Rua XV de Novembro, onde chama a atenção o volume de anúncios de compra e venda de escravizados, assim como a sede dos impressos oitocentistas. Na Praça Borges de Medeiros, o público é convidado a imaginar o cenário antes das construções recentes, composto pelo mercado e cadeia pública, onde histórias de sujeitos negros protagonistas roubam a cena. É o caso do escravizado Pedro Antonio que, na cadeia, após atentar contra a vida do senhor, aprendeu a ler e escrever sozinho, tornando-se professor de uma escola de alfabetização para os presos (SILVA, 2014). Assim também é o caso de Emerenciana Cardoso Neves, retratada na escultura "Água pro morro", de autoria de Erbo Stenzel (DIAS, 2023).

Seguindo o percurso rumo ao centro histórico, o público entra em contato com histórias de devoção, sociabilidade, solidariedade, politização e cidadania por meio da visitação à capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, à praça João Cândido — situada em frente às ruínas da Sociedade Protetora dos Operários — e, por fim, à Sociedade Treze de Maio.

Esses pontos não são apenas marcos históricos: são também locais de disputa viva pela narrativa da cidade. Ao apresentá-los como territórios negros — no sentido que Nogueira (2020) empresta ao conceito —, o Afro-Curitiba desafia a narrativa de uma Curitiba "europeia", demonstrando que a presença negra é constitutiva, e não periférica, à formação da cidade.[7]

Roteiro Negro do NEABI (IFPR Paranaguá, 2023)

O Roteiro Negro de Paranaguá foi uma idealização coletiva dos membros do NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas) do IFPR *campus* Paranaguá, em 2023[8]. Em grande medida, a iniciativa foi resultado de demandas suscitadas pelos próprios estudantes integrantes do grupo, que alegavam desconhecimento de aspectos históricos relativos à população negra parnanguara — mesmo sendo Paranaguá a cidade mais antiga do estado. Esse dado é revelador: o desconhecimento não decorre de uma ausência histórica, mas de silenciamentos. A demanda dos estudantes, portanto, não se restringe ao acesso à informação, mas ao reconhecimento de uma história que sempre esteve presente.

Em vista disso, foram propostos encontros de debate de textos historiográficos sobre a temática, além de oficinas de pesquisa em fontes históricas, com

[7] Os locais narrados referem-se ao primeiro percurso realizado pelo Afro-Curitiba, em 2015. Posteriormente, os trajetos foram reformulados, com acréscimo de outros locais ou em razão de recortes temáticos que alteraram a rota original.

[8] Os resultados desta experiência são narrados em maiores detalhes em SILVA; ALMEIDA; BARBOSA, 2026, em processo de publicação pela editora do IFPR.

o intuito de possibilitar a interação do grupo em uma cultura histórica capaz de viabilizar a construção de contranarrativas à história oficial.

Como produto de tais discussões, foram levantados os seguintes locais representativos da memória da presença negra na cidade: o Colégio Jesuíta de Paranaguá (onde hoje se situa o Museu de Arqueologia e Etnologia da UFPR — MAE), a Fonte Velha ou Fontinha, o Palacete Visconde de Nácar, a Escola de Aprendizes Marinheiros (situada na Capitania dos Portos), a Ilha da Cotinga, o Busto do Prof. Cleto e a Igreja de São Benedito. A execução dos percursos ocorreu inicialmente com os integrantes do Núcleo, mas foi ampliada posteriormente a toda a comunidade escolar e acadêmica da instituição, contando com diversificação do público nos anos subsequentes.

Iniciando no MAE, o roteiro propõe que o público interaja criticamente com as histórias de escravidão e liberdade negra e indígena que se entrecruzam na história do Colégio Jesuíta de Paranaguá. Seja nas mãos que alocaram as pedras que ainda sustentam o edifício, seja nos trabalhos que possibilitaram a subsistência dos religiosos, africanos e seus descendentes, assim como povos originários, tiveram papel primordial na ocupação do território onde se estruturaria a cidade de Paranaguá (BALHANA; WESTPHALEN; MACHADO, 1969). O próprio edifício, frequentemente apresentado como patrimônio histórico da colonização, é ressignificado pelo roteiro como testemunho do trabalho compulsório que o ergueu — uma intervenção crítica sobre os sentidos cristalizados pelo patrimônio oficial.

Seguindo para o outro extremo da Rua da Praia, visita-se a Capitania dos Portos, onde se conta a história de Batistina, mulher negra liberta que lutou na justiça para reaver a guarda de seu filho, brutalmente cooptado pela Capitania dos Portos para servir nas fileiras da marinha como aprendiz de marinheiro. A violência da chibata e do recrutamento forçado é contraposta pela coragem da mulher negra e mãe, que lutou por melhores condições para seu filho (*Der Pioner*, 1887, ed. 44, p. 1-3, *apud* SILVA, 2023). A trajetória de Batistina traz à tona a agência negra feminina em contextos de extrema adversidade — e sua escolha como ponto do roteiro se relaciona à importância da recuperação da memória de mulheres negras, cujas trajetórias são apagadas na memória oficial. A construção dessa narrativa articula, de um lado, um componente estrutural de exclusão — representado pela Marinha, historicamente associada à violência racial — e, de outro, a agência da mulher liberta, que tensiona e enfrenta essas dinâmicas.

Outra reflexão possibilitada pelo roteiro negro foi sobre a recorrência do tráfico ilegal de africanos em Paranaguá ao longo do século XIX. O casarão do Visconde de Nácar e a Ilha da Cotinga são espaços que permitem revisitar uma ferida aberta na história local, que diz respeito à participação de indivíduos ilustres da elite comercial no infame comércio. Relatos de africanos comercializados ilegalmente lançam luz às homenagens controversas da memória oficial em torno de ilicitudes cometidas pelo tráfico, despertando debates sobre as disputas por memória e a questão da reparação. Nomear responsáveis pelo tráfico ilícito, nesse contexto, é um gesto que contradiz diretamente a lógica de monumentalização das elites, permitindo debates sobre a legitimidade das riquezas e poderes que ainda imperam no espaço público paranaense.

O busto do professor José Cleto Silva, situado no Jardim da Rua XV, integra o roteiro por permitir a reflexão sobre o abolicionismo, personificado na figura deste professor público parnanguara que viveu entre 1843 e 1912. Ele foi responsável por uma escola de escravizados na década de 1870, atuou como curador em ações de liberdade nos anos 1880, era redator anônimo em um jornal abolicionista e tudo indica que contribuía para fugas de escravizados (SILVA, 2023). A complexidade de sua atuação militante permite refletir sobre o movimento abolicionista por suas diversas facetas, sem esquecer os agenciamentos empreendidos por sujeitos negros que, em busca da liberdade, empreenderam alianças sociais que efetivamente pressionaram pelo fim do regime da escravidão.

Seguindo para a Fonte Velha ou "Fontinha", o público é incitado a reflexões similares às efetuadas no chafariz da Praça Zacarias, em Curitiba. Afinal, no caso de Paranaguá, a Fonte Velha também foi um local de ampla circulação de escravizados aguadeiros. Fragmentos de jornais descrevendo escravos fugitivos permitem concluir sobre as rebeldias que circundavam aquele universo histórico, presentes inclusive nas memórias hegemônicas acerca do local. Uma cartilha utilizada na educação infantil, designada "Projeto Onze", conta a história de enforcamentos realizados no local como punição às rebeldias escravas. Os debates suscitados no âmbito do percurso problematizam os usos que a memória constrói em torno dos casos, reforçando estereótipos e pouco destacando os protagonismos que as mesmas rebeldias evidenciam. Esse ponto do roteiro é exemplar da crítica epistemológica que os roteiros negros podem operar, neste caso, direcionada às memórias hegemônicas, representadas na cartilha, que reforçam estereótipos associados à escravidão e seus sujeitos.

Por fim, o público participante do Roteiro Negro de Paranaguá visita a capela de São Benedito, onde a devoção, a sociabilidade e a solidariedade de sujeitos negros se evidenciam — não apenas na construção e manutenção do templo, produto da articulação de negros escravizados agremiados na irmandade de São Benedito, mas também em seus significados mais expandidos. Como várias irmandades negras da diáspora, a irmandade de São Benedito foi criada no século XVIII para culto e devoção do santo homônimo, porém indo além disso, evidenciando os laços de proteção e solidariedade entre a comunidade negra ao oferecerem auxílio aos irmãos em casos de doença e morte (REGINALDO, 2011; SILVA, 2020). As irmandades negras são, nesse sentido, um exemplo paradigmático de organização coletiva autônoma em contextos de dominação — e visitá-las como parte do roteiro é reconhecê-las como forma legítima de patrimônio histórico e cultural.

Rota Preta PG (2024-2025)

O projeto Rota Preta PG consiste em uma iniciativa de extensão vinculada ao Museu Campos Gerais (MCG), dirigido pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Trata-se de uma das ações desenvolvidas ao longo do estágio pós-doutoral supervisionado por Ilton César Martins, em que a pesquisadora Merylin Ricieli dos Santos, juntamente com o professor Robson Laverdi, utilizou o MCG como agente de interlocução entre História e Público.

A parceria com o museu é, ela própria, uma aposta metodológica: ao articular extensão universitária e instituição museal, o projeto potencializa os recursos institucionais disponíveis para a produção de história pública.

Em uma sistematização que envolve pesquisa, extensão e ensino, necessariamente nesta ordem, o projeto está em funcionamento desde 2024 e se constituiu de modo compartilhado em diálogo com mais de 350 indivíduos. Envolvendo docentes, discentes, bolsistas do MCG e representantes de diferentes segmentos do Movimento Negro local, o Rota Preta PG teve como ponto de partida o mapeamento de dezenas de locais que, de algum modo, fazem referência à memória da população negra em uma perspectiva da agência negra.

A dimensão participativa do projeto merece ênfase: ao incluir o Movimento Negro local na construção do roteiro, o Rota Preta PG recusa a lógica do expert universitário que define, de fora, o que é relevante para a comunidade.

Inicialmente foram historicizados mais de quarenta pontos, os quais se expandiram até o número de 62 (SANTOS, 2025, p. 8). Sobre o perfil desses espaços, são diversos: espaços de sociabilidade, lugares de religiosidade, nomes de ruas e praças, além do Clube Literário e Recreativo Treze de Maio, fundado em 1890, ainda vigente na cidade. Esse dado é emblemático, demonstrando que a memória negra a qual os roteiros buscam recuperar não é apenas um passado a ser questionado, mas uma presença contínua que a história oficial transformou em coadjuvante.

Assim como os demais projetos aqui evidenciados, há uma dinâmica própria e uma temporalidade específica no processo de constituição deste percurso. O público é convidado a participar de um dos cinco roteiros previamente ofertados e, ao longo de duas horas e meia de caminhada, (re)conhece a história pública da cidade de Ponta Grossa em uma perspectiva racializada: personalidades negras são postas em evidência, centros de devoção são mobilizados como vetores de memória, e diferentes mundos se entrecruzam, destacando prioritariamente as experiências de liberdade dos mais de 25% de sujeitos pretos e pardos que compõem o município de Ponta Grossa (IBGE, 2023). A referência demográfica é relevante ao desnaturalizar a invisibilidade histórica da população negra no município, demonstrando que há um percentual expressivo e não uma minoria marginal.

O roteiro contempla cinco percursos, sendo dois percursos urbanos centrais, dois percursos urbanos periféricos e um percurso rural (envolvendo comunidades remanescentes quilombolas, terreiros de matrizes africanas e afro-brasileiras, rede ferroviária e escola de samba). São dezenas de pontos que consideram endereços, territórios negros, patrimônios, espaços religiosos, estabelecimentos comerciais, prédios, casas, signos e símbolos que evidenciam o protagonismo de sujeitos negros na disputa pelo espaço urbano e na manutenção desses redutos enquanto lugares de re-existências.

É um trabalho que encampa lutas simbólicas pela valorização da ancestralidade, emancipação e estética, respondendo, nas entrelinhas, a generalizações pretas e pardas na historiografia local. Tal iniciativa sinaliza para memórias e histórias negro-centradas como pontos de referência que convidam o público a ler a cidade

historicamente, percebendo-a e interpretando-a como produto de contínuas disputas, em que sujeitos negros experienciam diferentes estratégias de exclusão e margeamento (MBEMBE, 2025), e que, na longa duração de suas experiências, ressignificaram a racialização, exigindo a inscrição e permanência de suas agências nas narrativas oficiais. A noção de "re-existência", implícita na trajetória de cada ponto do roteiro, opera aqui em diálogo produtivo com as reflexões de Mbembe sobre as formas de vida que se constroem na fratura entre a humanidade reconhecida e a humanidade negada.

Ao longo de 2024 e ainda no presente, o percurso é realizado com o público acadêmico e outros grupos sociais, dispondo de material de divulgação próprio e se expande como um projeto macro, visando capturar o público para dentro de suas dinâmicas, seja no espaço urbano seja no cotidiano escolar.

Percurso negro de Jacarezinho: um roteiro em construção

Por fim, temos nos dedicado à construção de um percurso na cidade de Jacarezinho que, embora em fase inicial[9], tem despertado interesse de estudantes acadêmicos e da comunidade externa. Seguindo pistas de estudos já existentes acerca da memória e do patrimônio da cidade (MAYRINCK, 2020; TANNO, 2018), é possível elencar alguns locais visados para a valorização da identidade negra local. Assim como em muitas cidades do chamado "norte pioneiro", Jacarezinho carrega uma história oficiosa que valoriza a ação dos colonizadores "pioneiros", responsáveis pela ocupação do território e também pela reprodução das violências típicas do processo colonizador. Tais narrativas inibem os agenciamentos dos povos originários e da população negra, quase sempre descritos em segundo plano das histórias hegemônicas.

Em contestação à esta conjuntura, pesquisas recentes, somadas a levantamentos documentais em curso, têm evidenciado experiências negras em vivências múltiplas, sobretudo nos mundos do trabalho e das religiosidades. Um relato de viagem encontrado no jornal *Rio Negrense*, em 1939 (ed. 610), afirma ser a força de trabalho local composta por "caboclos intemeratos", atribuindo a eles a dinâmica e o vigor da produção cafeeira.

Fotografias e outros registros reforçam esse aspecto, contribuindo para o mapeamento de locais ligados à circulação e à sociabilidade da classe trabalhadora. O enquadramento racial desse léxico, "caboclos" como eufemismo para trabalhadores negros e mestiços, é, em si, um dado historiográfico que o roteiro pode explorar criticamente, revelando como a linguagem do arquivo reproduz hierarquias raciais.

As manifestações religiosas para as quais se dispõe de maior volume de registros estão ligadas ao culto a São Benedito. A capela e a praça que levam seu nome configuram-se como espaços de memória fundamentais, em razão da devoção afro-brasileira que se expressava tanto por meio do catolicismo negro quanto de práticas culturais como as congadas. Também no âmbito religioso, a catedral da cidade carrega

[9] Projeto de pesquisa submetido à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná sob o número 7645, com vigência de março a setembro de 2025, interrompido em decorrência de exoneração da coordenadora em outubro do mesmo ano.

pistas relevantes: as telas que figuram a cúpula e as paredes do templo ressaltam personagens negros entre as ilustrações religiosas, propositalmente figurados pelo artista Eugênio Sigaud (entre eles, "Zé Adão", que, conforme Mayrink (2020), corresponde a um sujeito negro da cidade, bastante retomado em narrativas orais).

A presença de Zé Adão nas paredes da catedral é sintomática de uma tensão que os roteiros negros estão bem posicionados para problematizar, trata-se da percepção de que o reconhecimento artístico e simbólico da presença negra coexiste com o seu apagamento na história oficial. Nessa esteira, o prosseguimento da pesquisa, que tem o potencial de continuidade em projetos futuros de pesquisa, ensino e extensão, poderá evidenciar outras possibilidades narrativas de histórias silenciadas, tornando-as públicas e compartilhadas.

Memória, identidade e pertencimento: reflexões sobre os resultados

Os projetos aqui apresentados indicam contribuições potenciais à aprendizagem histórica e à valorização das trajetórias negras no Paraná, evidenciando histórias, memórias e narrativas contra-hegemônicas em perspectiva antirracista De modo geral, observamos que os roteiros produzem efeitos subjetivos e coletivos que não se esgotam no momento da caminhada, mas se prolongam nas formas como os participantes passam a habitar, interpretar e ler a cidade em uma dimensão histórica, relacionando territórios e monumentos. Tomemos como exemplo o excerto a seguir, escrito por uma participante do Roteiro Negro do NEABI do IFPR Paranaguá[10]:

> A saída de campo foi como abrir um livro vivo de histórias, onde o Palacete Visconde de Nácar e a Igreja de São Benedito, entre outros, se tornaram páginas cheias de emoções; de uma certa forma, caminhar por esses lugares me fez pensar que não foi apenas aprender sobre tijolos e pedras, mas sim sobre as vidas que moldaram essas estruturas, suas alegrias, lutas e também conquistas. (Participante “A”, 2023, acervo pessoal)

O depoimento traz múltiplos sentidos. A metáfora do "livro vivo de histórias" ressoa com a perspectiva da cidade como currículo e com a noção rüseniana de que a aprendizagem histórica significativa, a qual opera quando o passado ilumina o presente vivido. Mais do que isso, a participante distingue "tijolos e pedras" de "vidas que moldaram essas estruturas" como um gesto cognitivo, epistêmico e afetivo, que corresponde, precisamente, ao objetivo dos roteiros: tornar visível sujeitos e agências ofuscadas pelo monumento.

O enunciado também sinaliza para o ato de compreender-se como parte de processos históricos que explicam o presente está no cerne da consciência histórica, assim como é central a uma educação antirracista e emancipadora, comprometida com a justiça social e a inclusão.

[10] Os relatos utilizados neste estudo foram coletados mediante consentimento dos participantes, em formulários preenchidos após a participação nos roteiros. Para garantir sua segurança e privacidade, todos os nomes foram substituídos por identificações fictícias ou genéricas.

Em outro relato, um participante, também do IFPR Paranaguá, não mais via seus "ancestrais" aprisionados em porões dos palacetes históricos que preenchem o centro antigo de Paranaguá, mas passava a enxergá-los em cada detalhe e em espaços múltiplos (s/a, 2023, acervo próprio). De modo que os sujeitos negros do passado ganharam humanidades e complexidade, longe de serem reduzidos ao cativeiro e, por conseguinte, à violência do regime.

A ideia de construção identitária afirmativa, implícita a tais relatos, é mais um ingrediente que soma motivos para a continuidade e ampliação dos roteiros. Ela ressoa com o que Gomes (2019) denomina de "saberes construídos na luta pela emancipação", logo, o conhecimento produzido pelos roteiros não é apenas acadêmico, mas é forjado no encontro entre a pesquisa histórica e as demandas concretas de comunidades que reivindicam o direito de se ver representadas na narrativa da cidade.

Considerações reais

Nosso intuito foi apresentar alguns roteiros históricos sobre memórias negras no Paraná. Espera-se que tais escritos tenham contribuído para publicizar tais iniciativas e, futuramente, ampliar as pesquisas relacionadas aos percursos apresentados. Agregando locais de visitação e realizando os percursos como prática educativa cotidiana, buscando romper com invisibilidades que marcam a história oficial local paranaense no que se refere à população negra.

Em todas as experiências de pesquisa e elaboração dos roteiros, observa-se uma preocupação sistemática pela valorização das experiências, culturas e agenciamentos negros, transcendendo as violências estruturais que os afetam/afetaram. Os projetos fazem questão de ressaltar que sujeitos negros, em diferentes temporalidades, tensionaram essas estruturas, visando validar seus anseios, suas buscas por melhores condições e suas complexidades enquanto sujeitos históricos.

A experiência acumulada pelos três projetos consolidados e pelo roteiro em construção em Jacarezinho aponta para um conjunto de desafios e potencialidades que merecem atenção. Entre os desafios, destaca-se a necessidade de institucionalização e financiamento contínuos, que garantam a sustentabilidade das iniciativas para além dos ciclos acadêmicos e dos vínculos institucionais dos pesquisadores envolvidos. No que tange as potencialidades, sobressai a capacidade dos roteiros de articular diferentes agentes sociais: universidade, escola, museu e movimento negro em uma prática coletiva de produção de conhecimento histórico comprometido com a transformação social.

Referências

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BALHANA, Altiva B.; WESTPHALEN, Cecília; MACHADO, Brasil P. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BARROS, José D'Assunção. Fontes históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo**

Presente, São Cristóvão, v. 11, n. 2, p. 3-26, jul./dez. 2020. Disponível em: http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo. Acesso em: 3 abr. 2026.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.

CERRI, Luís Fernando; ANDRADE, Juliana; KLÜPPEL, Giuvane de S. (orgs.). **A pesquisa no ensino de História em tempos presentes:** a História Pública e mídias digitais. Ponta Grossa: UFRPE, 2023.

DELGADO, Andréa Ferreira; MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Santa Afro Catarina: acervo digital e educação patrimonial. **Esboços**, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 86-108, ago. 2014.

DIAS, Nathaly. Memória, esquecimento e cidadania: ressignificando "Água pro Morro". **Revista Vernáculo**, n. 51, 2023.

DOMINGUES, Petrônio. Associativismo negro. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 117-122.

FABRIS, Pamela B. **Mobilização negra em Curitiba:** formação de redes de solidariedade e a luta por direitos (1888-1910). Curitiba: Editorial Casa, 2023.

FAGUNDES, Bruno Flavio Lontra; ÁLVAREZ, Sebastian Vargas (orgs.). **Ensino de História e História Pública**: diálogos nacionais e internacionais. Campo Mourão: Editora Fecilcam, 2022.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas**: com atividades pedagógicas**.** Ponta Grossa: Toda Palavra, 2014.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

GERMINARI, Geyso Dongley. Educação histórica: a constituição de um campo de pesquisa. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 11, n. 42, p. 54-70, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos na luta pela emancipação. Petrópolis: Vozes, 2019.

HERMETO, Miriam; FERREIRA, Rodrigo de Almeida. Ensino de História e História Pública: um começo de conversa. **História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 5-16, maio 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: população por cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília: IPHAN, 2014.

LARA, Silvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAYRINCK, Vanessa F. História, memória e patrimônio cultural: uma articulação entre ensino de história e a educação patrimonial no município de Jacarezinho-PR. In: ENCONTRO NACIONAL PERSPECTIVAS DO ENSINO DE HISTÓRIA, 11., 2020. **Anais [...]**. 2020.

MBEMBE, Achille. **Democracia como comunidade de vida**. Tradução: Pedro Taam. São Paulo: n-1 edições, 2025.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Escravidão, africanos e afrodescendentes na "cidade mais europeia do Brasil": identidade, memória e história pública. **Tempos Históricos**, v. 20, p. 218-240, 2016.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; TEIXEIRA, Luana; MAMIGONIAN, Beatriz (orgs.). **Pós-abolição no Sul do Brasil**: associativismo e trajetórias negras. Salvador: Sagga, 2020.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A construção e apagamento de territórios negros. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 157-181, set./nov. 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, São Paulo: PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Larisse. **"Linha Preta"**: análise sobre o roteiro e a invisibilidade curitibana. Curitiba: Editorial Casa, 2023.

PEREIRA, Junia Sales; ROZA, Luciano Magela. O ensino de História entre o dever de memória e o direito à História. **História Hoje**, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2012.

PERUSSATO, Melina. O futuro da nação: instrução, educação e racialização da infância. **Revista Brasileira de História das Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, 2021.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia setecentista. São Paulo: Alameda, 2011.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 275-301, jul./dez. 2020.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918). Porto Alegre: EST, 2014.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. História pública: um desafio democrático aos historiadores. In: REIS, Tiago Siqueira et al. (orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**, v. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica**: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W. A. Editores, 2012.

SANTA AFRO CATARINA. **O programa Santa Afro Catarina**. Disponível em: https://santaafrocatarina.sites.ufsc.br. Acesso em: 19 abr. 2026.

SANTHIAGO, Ricardo (org.). Duas palavras, muitos significados. In: MAUAD, Ana Maria et al. **História pública no Brasil:** sentidos e itinerários. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SANTOS, Merylin Ricieli dos. Rota Preta PG: história pública, patrimônio e territórios negros. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 12., 2025, Florianópolis. **Anais [...].** Florianópolis, 2025.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. A formação do professor de história e o cotidiano da sala de aula. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Noemi Santos da. **Direito de aprender:** a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910). 2023. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2023.

SILVA, Noemi Santos da; ALMEIDA, Franciele O.; BARBOSA, Aline. **Histórias e memórias negras em Paranaguá-PR:** a experiência do NEABI – IFPR na construção de um roteiro negro. [No prelo]. Editora do IFPR, 2026.

TANNO, Janete L. Patrimônio cultural dos afrodescendentes: preservação, memória e recepção. **Patrimônio e Memória**, v. 14, n. 2, São Paulo: UNESP, 2018.

VANALLI, Ana C.; KOMINECK, Andrea; OLIVEIRA, Celso C. de. Sobre a relação entre indivíduos e coletivo na construção do patrimônio histórico: o caso do monumento à colônia afro-brasileira de Curitiba. **Revista Temporis [ação]**, v. 24, n. 1, 2021.